

OS SENTIDOS DO THE GUARDIAN SOBRE GARIMPO DURANTE O GOVERNO BOLSONARO

*THE GUARDIAN'S MEANINGS OF MINING DURING THE BOLSONARO
GOVERNMENT*

*LOS SENTIDOS DEL THE GUARDIAN SOBRE LA MINERÍA DURANTE EL
GOBIERNO DE BOLSONARO*

Gisele Dotto Reginato ¹
giselereginate@gmail.com

Mariana Baptista Alves ²
alvesb.mari@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa os sentidos construídos pelo jornal britânico The Guardian sobre o garimpo em Terras Indígenas da Amazônia durante o governo Bolsonaro. O *corpus* da pesquisa é composto por 12 textos publicados na versão online do The Guardian entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022, que são analisados por meio da Análise de Discurso (AD) de linha francesa. Como resultados, foram encontradas duas formações discursivas no discurso do The Guardian sobre garimpo: o garimpo como violência (física, simbólica, contra o meio ambiente ou do governo Bolsonaro) e o garimpo como alternativa para pessoas em situação de vulnerabilidade. Esses sentidos estão presentes em 113 sequências discursivas: 86% delas constroem o sentido da violência e 14% reiteram o sentido da alternativa de sustento para vulneráveis.

Palavras-chave: Discurso jornalístico. Garimpo. Terras indígenas.

¹ Professora adjunta do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em Comunicação e Informação pela UFRGS. Mestre em Comunicação e graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Integrante do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo (UFRGS/CNPq).

² Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestranda em Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Territorial Sustentável pela Universidade de Pádua (Itália) e Universidade da Madeira (Portugal).

ABSTRACT

This article analyzes the meanings constructed by the british newspaper The Guardian about mining in indigenous lands in the Amazon during the Bolsonaro government. The research corpus consists of 12 texts published in the online version of The Guardian between January 2019 and December 2022, which are analyzed using French Discourse Analysis. As a result, two major discursive formations constructed by The Guardian about mining were found: mining as violence (physical, symbolic, against the environment or by the Bolsonaro government) and mining as an alternative for people in vulnerable situations. These meanings are present in 113 discursive sequences: 86% of them construct the meaning of violence and 14% reiterate the meaning of the alternative for the vulnerable.

Key words: Journalistic discourse. Mining. Indigenous lands.

RESUMEN

Este artículo analiza los significados construidos por el periódico británico The Guardian sobre la minería en Tierras Indígenas de la Amazonía durante el gobierno de Bolsonaro. El corpus de investigación está compuesto por 12 textos publicados en la versión online de The Guardian entre enero de 2019 y diciembre de 2022, los cuales son analizados utilizando Análisis del Discurso francés. Como resultado, se encontraron dos formaciones discursivas: la minería como violencia (física, simbólica, contra el medio ambiente o por parte del gobierno de Bolsonaro) y la minería como alternativa para personas en situación de vulnerabilidad. Estos significados están presentes en 113 secuencias discursivas: 86% de ellas construyen el sentido de la violencia y 14% reiteran el sentido de alternativas de sustento para personas vulnerables.

Palabras clave: Discurso periodístico. Minería. Tierras indígenas.

1 INTRODUÇÃO

O garimpo ilegal em Terras Indígenas (TIs) brasileiras registrou, em 2021, a maior expansão em 36 anos, devorando 15 mil hectares num único ano, conforme dados divulgados pelo MapBiomas (2022)³. Em cinco anos, de 2018 a 2022, novas áreas de garimpo atingiram 104 mil hectares, quase o dobro do espaço de 56 mil hectares tomado pela atividade garimpeira até o fim da década de 1980, quando milhares de pessoas migraram para Serra Pelada, no sudeste do Pará, em busca de ouro. Somente em Terras Indígenas, o aumento na área garimpada neste intervalo de tempo foi de 265%, e 62,3% da área total garimpada foi aberta nos últimos cinco anos. A TI mais afetada foi a Kayapó, com 13,7 mil hectares invadidos até 2022, seguida pela TI Munduruku, com 5,5 mil hectares, ambas no Pará. A TI Yanomami, com 3,3 hectares, que se estende entre Amazonas e Roraima, aparece em terceiro lugar.

Entre os motivos para o crescimento desenfreado estão o boom do preço das commodities, que aconteceu na primeira década dos anos 2000 e se repetiu no início da segunda década, com o minério de ferro, o cobre e o ouro alcançando valores históricos no mercado (Fábio, 2022). Além disso, um ponto importante é o posicionamento do governo federal que vigorou entre 2019 e 2022 no Brasil, especialmente o do ex-presidente Jair Bolsonaro⁴, que desde o início do mandato assumiu uma posição inteiramente favorável ao garimpo. Além dos danos irreversíveis ao meio ambiente, o crescimento desenfreado da prática garimpeira vem causando desastres humanitários brutais entre os povos indígenas: ataques armados, sequestros, abuso sexual e assassinatos. Esse aspecto humanitário tem sido o foco da cobertura jornalística de uma série de veículos nacionais e internacionais, sendo um dos principais o The Guardian, jornal diário nacional britânico independente fundado em 1821 e que se posicionou contra as medidas do governo Bolsonaro em várias instâncias desde o início do mandato em 2019.

³ O MapBiomas é um projeto que produz mapeamento de dados sobre a cobertura e o uso da terra no Brasil, por bioma, estado e município. É organizado de maneira colaborativa, com uma rede formada por Organizações Não-Governamentais (ONGs), universidades, laboratórios e *startups* de tecnologia.

⁴ Jair Bolsonaro, filiado ao Partido Liberal, foi presidente do Brasil durante o período de janeiro de 2019 a dezembro de 2022.

O Guardian conta com uma equipe especializada que trabalha em campo em diversas localidades na Amazônia, investigando questões como garimpo e agronegócio, que são diretamente responsáveis pelo desmatamento, degradação de recursos e violência contra povos indígenas em toda a extensão do bioma. No início de 2022, a cobertura qualificada e conhecida internacionalmente por responsabilizar os envolvidos em milícias de garimpo, desmatamento e pesca ilegal acabou custando a vida do jornalista do Guardian, Dom Phillips, junto ao indigenista Bruno Pereira. Ambos foram brutalmente assassinados durante uma viagem pelo Vale do Javari, que tinha como objetivo entrevistar indígenas e ribeirinhos para um livro sobre a Amazônia. As investigações repercutiram no mundo todo e deram ao Guardian ainda mais destaque na cobertura de questões socioambientais na Amazônia, que é um dos biomas mais ricos em biodiversidades do mundo.

Levando em conta esse contexto, este artigo analisa os sentidos construídos pelo jornal britânico The Guardian sobre o garimpo em Terras Indígenas da Amazônia durante o governo Bolsonaro. Para atingir esse objetivo, o texto também apresenta um histórico do garimpo no Brasil, entendendo suas particularidades enquanto atividade econômica e seus impactos na sociobiodiversidade. Além disso, utilizando o aporte teórico-metodológico da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, conforme Orlandi (2007) e Benetti (2008), são identificados os sentidos mobilizados nas matérias do The Guardian sobre garimpo em Terras Indígenas entre 2019 e 2022, percorrendo todo o período do mandato de Jair Bolsonaro. Os sentidos encontrados são discutidos com aspectos ideológicos sobre o garimpo e o contexto do tema no governo Bolsonaro.

2 HISTÓRICO DO GARIMPO NO BRASIL

Segundo Machado e Figueirôa (2001), o ouro foi responsável pelo início do quarto ciclo econômico do período colonial no século XVII, com o descobrimento de jazidas fluviais no estado brasileiro de Minas Gerais por expedições bandeirantes. Nesse período, a coroa portuguesa, que enfrentava uma dura crise na Europa, passou a incentivar a busca pelo metal através de recompensas como cargos militares e títulos de

nobreza. Durante os séculos XVII e XVIII, o Brasil contribuiu com 50% da produção mundial de ouro e diamante, o que garantiu mais poder e estabilidade à Portugal.

O primeiro código acerca dos processos de mineração data de 1603 (Machado; Figueirôa, 2001), enquanto o primeiro texto de regulamentação sobre os processos de extração do ouro, especificamente, foi estabelecido em 1730 (Veiga; Silva; Hinton, 2002). Apesar dos esforços da coroa para instituir um tipo primordial de legislação, a prática de contrabando começou a crescer nas regiões em que os minérios já eram mais desenvolvidos, porque o ouro contrabandeado era mais lucrativo por conta da isenção de impostos – não era preciso pagar o “quinto” (taxa de 20% sob o valor do ouro extraído). De forma geral, era uma prática à qual recorriam trabalhadores em situação de vulnerabilidade social, realidade que se mantém nos garimpos até hoje. Como resume Póvoa-Neto (1997, p. 45), esses trabalhadores eram “aventureiros da Europa atraídos pelo ouro, mestiços livres e pobres nascidos na colônia, ex-escravos fugidos ou alforriados”, um segmento “destituído de vínculos estáveis com a terra e deslocando-se permanentemente à cata de oportunidades para sobrevivência e ascensão social”.

Segundo Veiga, Silva e Hinton (2002), os trabalhadores iniciaram uma busca por novas jazidas para além de Minas Gerais, como uma forma de lidar com as restrições das autoridades e a concorrência de novos mineradores chegando todos os dias. Assim, seguindo também uma onda de desaceleração nos minérios daquele estado, na segunda metade do século XVII começaram a surgir novas expedições para a região norte da Amazônia, até então inexplorada, onde inicialmente foi encontrado ouro nos rios Madeira, Jamari, Corumbiara e Parecis. Os primeiros registros da descoberta de ouro na região do Rio Tapajós, uma das mais exploradas hoje, datam de 1747 (Veiga; Silva; Hinton, 2002).

A ocupação do território na Amazônia não foi um processo planejado e gradual, mas “se fez em surtos a partir da valorização de produtos extrativos no mercado internacional” (Becker, 2004, p. 117). O ciclo de extração da borracha foi o principal responsável pelo primeiro fluxo migratório para a Amazônia no final do século XIX. Conforme Veiga, Silva e Hinton (2002), o processo de migração de uma parcela das atividades mineradoras para a região proporcionou o início da diversificação econômica na área, ainda que o foco se mantivesse na extração do látex.

A partir dos anos 1960, de acordo com Santana (2009), o processo de ocupação da Amazônia deixa de ser arbitrário e começa a ser planejado de forma estratégica visando integrar a região definitivamente ao cenário econômico nacional, seguindo a doutrina nacionalista de segurança e união do Brasil que era pregada pela ditadura militar. Em fevereiro de 1966, o governo Castelo Branco (1964-1968) lança a política “Operação Amazônia”, um conjunto de leis e medidas administrativas focadas na distribuição de incentivos fiscais para tornar o território mais atrativo para a instalação de empreendimentos nacionais, com o “objetivo político de ocupar a Amazônia, eliminando um vácuo que poderia ser ocupado por potências estrangeiras ou, à maneira das Farcs na Amazônia colombiana, por forças subversivas” (Ferreira; Bastos, 2016, p. 19).

Apesar dos incentivos, as pequenas comunidades rurais que se estabeleceram na região não tiveram grande sucesso. Ainda no início dos anos 1970, com a quebra do tratado de Breton-Woods que fixava o preço do ouro em US\$1,25/grama, houve um crescimento gradual no valor do metal, chegando ao recorde de US\$30/grama em 1980. Para Veiga, Silva e Hinton (2002), a alta repentina no preço do ouro, associada à falta de perspectiva dos agricultores que haviam se mudado para a região, fez da exploração mineral uma atividade muito atrativa tanto para trabalhadores quanto para o próprio governo militar, porque também significava mais uma oportunidade de ocupação territorial.

Ainda nesse contexto, para promover a migração de mais trabalhadores para a região, o governo de Ernesto Geisel (1974-1979) criou sete Reservas Garimpeiras na Amazônia, somando uma área de 31,5 mil km². Os primeiros anos da década de 1980 foram marcados pela intensificação da busca pelo ouro com a descoberta de Serra Pelada, região na Serra dos Carajás, no Pará, onde o agricultor Genésio Ferreira da Silva encontrou uma pepita de ouro de 13 quilos em suas terras. Conforme Veiga, Silva e Hinton (2002), em março de 1980 já existiam cerca de cinco mil garimpeiros trabalhando na área, o que levou o governo a esquematizar um plano de controle para as atividades que começavam a se desenvolver na região através do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) e da Docegeo, empresa de pesquisa da

Companhia Vale do Rio Doce, que já detinha os direitos de exploração do terreno onde o garimpo foi instalado por um requerimento de pesquisa para manganês e ferro.

Apesar dos conflitos e das duras condições de trabalho do garimpo evidenciadas com o caso da Serra Pelada, a exploração de ouro em outras regiões da Amazônia cresceu ainda mais e estima-se que em 1989 mais de um milhão de garimpeiros trabalhavam em pelo menos dois mil garimpos espalhados pela floresta, produzindo cerca de 100 toneladas de ouro por ano (Feijão; Pinto, 1992). A prática seguiu em desenvolvimento mesmo com as duras críticas que começavam a surgir com a onda ambientalista dos anos 1980, que já questionava a falta de políticas de recuperação ambiental para as áreas degradadas pelo garimpo (Barbosa, 1992).

A partir da década de 1990, o caráter da atividade não era mais rudimentar e artesanal e já era possível enxergar uma lógica de modelo empresarial sendo aplicada aos garimpos, que contavam com uma estrutura social dividida entre patrões e trabalhadores, em especial na região do rio Tapajós (Molina, 2023). Esses arranjos informais são mais um reflexo da associação histórica do garimpo à clandestinidade. Ainda que o Estatuto do Garimpeiro de 2008 estabeleça cooperativas e contratos de parceria como modalidades oficiais de trabalho, as relações entre donos de garimpo e peões são raramente formalizadas, expondo os trabalhadores a condições precárias e sem garantia de direitos trabalhistas.

Atores sociais conhecidos como “donos de garimpo” são os principais agentes, passando a organizar o empreendimento. Também chamados de “patrões”, estes agentes contratam, diretamente ou por meio de intermediários, os peões garimpeiros, dominando-os por meio de contratos informais que envolvem a exclusividade na comercialização do ouro, a permissão no uso de equipamentos e, não raro, práticas de endividamento, além de esquema de vigilância no intuito de manter a ‘ordem’ nos garimpos (Monteiro *et al.*, 2010, p. 139, grifos dos autores).

Atualmente, o garimpo é proibido em Terras Indígenas e Unidades de Conservação, as chamadas áreas restritas, mas ainda é praticado clandestinamente nesses locais, atraindo milhares de migrantes para a Amazônia (Fábio, 2022). Segundo o MapBiomias (2023), de 2010 para 2022 a área ocupada pelo garimpo dentro das áreas restritas cresceu 560%. A atividade vem atingindo uma escala maior nos últimos anos, com o uso de equipamentos como bombas e máquinas pesadas mais modernas.

Waisbich *et al.* (2022, p.7) identificam o garimpo ilegal como uma economia ilícita dentro de um “ecossistema de práticas ilegais ambientais e não ambientais” que se desenvolve dentro da Amazônia atualmente. As demais economias ilícitas tipificadas pelos autores e diretamente ligadas ao garimpo são a grilagem de terras, a exploração ilegal de madeira e a agropecuária com passivo de ilegalidades ambientais, como o desmatamento. Além da própria natureza de ilegalidade da extração de minérios em uma área protegida, o garimpo em Terras Indígenas está associado a uma cadeia de crimes que vão desde fraude até a poluição por mercúrio e violência contra povos indígenas e ativistas.

Segundo o dossiê “Terra rasgada: como avança o garimpo na Amazônia brasileira”, publicado pelo Instituto Socioambiental em parceria com a Aliança em Defesa dos Territórios em 2023, o garimpo em Terras Indígenas funciona entre organizações criminosas que praticam uma série de infrações socioambientais. De um lado, a violência contra povos indígenas, comunidades tradicionais e trabalhadores que se revela na forma de crimes como tráfico de pessoas, exploração sexual de mulheres e crianças (indígenas e não indígenas) e condições de trabalho análogas à escravidão (Molina, 2023).

2.1 Garimpo no governo Bolsonaro

Em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo em maio de 2017, quando ainda atuava como deputado federal pelo PSC-RJ, o ex-presidente Jair Bolsonaro afirmou que costumava praticar garimpo de ouro com bateia (instrumento utilizado para separação de metais em depósitos sedimentares), mesmo sem a autorização do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). No ano seguinte, já em campanha como candidato à presidência pelo PSL, Bolsonaro reforçou uma série de vezes que era favor de “abrir o garimpo” e que, se eleito, levaria “progresso” às Terras Indígenas e quilombolas autorizando o garimpo e até a venda de terras demarcadas.

O início do mandato em 2019 foi marcado por reuniões com lobistas, investidores e executivos de mineradoras nacionais e internacionais, a fim de articular o que viria a se tornar o PL 191/2020, que autorizava a mineração, o garimpo e outras atividades dentro de Terras Indígenas, inclusive em territórios de povos isolados.

Assinado por Beto Albuquerque, então Ministro de Minas e Energia, e Sérgio Moro, então Ministro da Justiça, o projeto previa a execução de estudos técnicos prévios de avaliação do potencial exploratório das Terras Indígenas sem a necessidade de autorização do Congresso Nacional.

O PL 191/2020 foi tratado como prioridade pelo presidente da Câmara Arthur Lira (PP), com votação prevista para abril de 2022, mas foi desacelerado pela repercussão negativa no mercado e na mídia após uma série de manifestações de povos indígenas e ativistas, como o Ato Pela Terra e a ocupação Acampamento Terra Livre, ambos em Brasília. Em 2022, o projeto seguiu tramitando em regime de urgência, mas não entrou em votação. No dia 31 de março de 2023, em publicação no Diário Oficial da União (DOU), o presidente Lula solicitou ao Congresso Nacional que o PL 191/2020 fosse retirado da pauta de tramitação.

Molina (2023) reforça que o posicionamento favorável de Bolsonaro desde o início da campanha presidencial e o movimento pela aprovação do PL 191/2020 ocorreram de forma sistemática em conjunto com o aparelhamento da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e o desmonte da fiscalização ambiental para viabilizar o avanço do garimpo em Terras Indígenas a partir de 2019. Conforme apuração do jornal O Estado de S. Paulo a partir de dados do Ibama, o período registrou o menor número de multas ambientais em 20 anos, passando de 20 a 25 mil autos de infração entre 2000 e 2010 para 9 mil em 2021 (Estadão, 2021). O número de processos de infração que chegaram a julgamento em última instância também caiu drasticamente, passando de 3 mil em 2019 para 369 em 2021.

Cabe ainda mencionar a crise do povo Yanomami que se desenrolou ao longo do governo Bolsonaro com uma série de invasões de garimpeiros na TI, gerando uma epidemia grave de malária e uma onda de desnutrição crônica devido à dificuldades de acesso à alimentos e contaminação por mercúrio no solo e nos rios. Com mais de nove milhões de hectares demarcados, a Terra Indígena Yanomami engloba sete municípios entre o Amazonas e Roraima, sendo a maior TI do Brasil. Na fronteira com a

Venezuela, o território é uma rota estratégica para o garimpo, que cresceu 300% na região entre 2018 e 2022⁵.

A TI foi demarcada em maio de 1992 em decreto assinado pelo então presidente Fernando Collor (PTB), processo acompanhado de operações da Polícia Federal e do Ibama para expulsar os cerca de 40 mil garimpeiros que vinham ocupando o território desde 1980 (Albert, 1995). Motivados pela descoberta de Serra Pelada, a ocupação desenfreada trouxe as primeiras epidemias graves de malária e infecções respiratórias que custaram a vida de aproximadamente 13% da população yanomami brasileira. Em novembro de 1993, quando ainda ocupava o cargo de Deputado Federal, o ex-presidente Bolsonaro propôs em um decreto legislativo a extinção da TI sob a premissa de “riqueza de madeiras nobres e metais raros”, proposta que não foi aprovada pela Câmara.

De acordo com dados do MapBiomas (2022), o garimpo praticamente desapareceu do território nas duas décadas seguintes à demarcação, mas voltou de maneira abrupta em 2016 e se expandiu agressivamente até 2022. Embora o recorte das matérias analisadas neste trabalho compreenda até dezembro de 2022, a situação culminou na Crise Yanomami que ganhou visibilidade internacional. Ainda em 2022, o ex-presidente da Funai, Marcelo Xavier comunicou à Bolsonaro sobre a situação da TI em um relatório que foi engavetado, indo ao encontro do início da campanha de reeleição do ex-presidente⁶. Em janeiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) apontou o descumprimento de decisões judiciais referentes à ocupação do território e a necessidade de apuração de responsabilidades entre autoridades do governo Bolsonaro, cujos nomes não foram divulgados, por possível participação no crime de genocídio contra os povos indígenas⁷.

Em abril do mesmo ano, já sob o governo Lula, o Ministério da Saúde declarou a situação como uma Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional. Conforme apuração do SUMAÚMA (2023), em torno de 570 crianças Yanomami

⁵ Conforme dados da Hutukara Associação Yanomami e do Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/yal00067.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2023.

⁶ Conforme apuração exclusiva do UOL. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/relatorio-yanomamis.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

⁷ Conforme publicação da BBC News Brasil com informações do Diário Oficial da União. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64417930>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

vieram a óbito entre 2019 e 2023 devido à malária, pneumonia, desnutrição e outros sintomas associados, um aumento de 39% em relação aos quatro anos anteriores.

3 JORNALISMO, DISCURSO E ALTERIDADE

O jornalismo desempenha um papel fundamental enquanto instituição social nas sociedades democráticas, um papel específico que não é desempenhado por outras instituições (Franciscato, 2005). Afinal, a opinião pública só pode existir se as pessoas souberem, de forma geral, o que está acontecendo (Park, 2008). Além disso, estarmos informados sobre aquilo que foge da nossa experiência direta traz segurança, tornando a notícia uma necessidade para a vida em sociedade (Kovach; Rosenstiel, 2004).

Segundo Franciscato (2005), a instituição jornalística conquistou historicamente uma legitimidade social para produzir, para um público amplo, disperso e diferenciado, uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas. Nesse contexto, podemos pensar a afirmação de Hall *et al.* (1993) de que os jornalistas inserem nos mapas de significado da sociedade os chamados acontecimentos problemáticos, imprevisíveis e extraordinários que rompem com a ordem cotidiana. Ao contextualizar esses acontecimentos e torná-los compreensíveis para o público, os veículos jornalísticos definem quais fatos devem ocupar espaço na agenda pública e de que maneira devem ser interpretados.

Assim, é fundamental que o jornalismo cumpra suas finalidades na sociedade. Reginato (2019) reforça a importância de distinguir os conceitos de informação e informação jornalística, uma vez que a informação por si só não é suficiente para garantir o cumprimento do papel social do jornalismo de manter o público informado e orientar a opinião pública. Por isso, a informação deve ser verificada, relevante, contextualizada, plural e envolvente. É importante também o reconhecimento do papel do jornalismo de investigar, interpretar e analisar a realidade, fazer a mediação entre os fatos e o leitor, registrar a história e construir memória, ajudar a entender o mundo contemporâneo, defender o cidadão, fiscalizar o poder e fortalecer a democracia, além de esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade para a sociedade (Reginato, 2019).

É relevante ainda considerar a noção do jornalismo como sistema perito (Miguel, 1999), pensando na cobertura de garimpo em Terras Indígenas feita pelo The Guardian, o qual é entendido aqui como um espaço de veiculação de informações às quais o público em geral normalmente não consegue acessar por conta própria, sendo através do jornalismo que a sociedade constrói representações acerca desse tema. No entanto, essa produção de sentidos também envolve disputas simbólicas e desafios relacionados à representação do Outro. Lago (2014) defende a necessidade de incorporar o Outro no jornalismo por meio do pluralismo sociológico e de uma maior diversidade de fontes, evitando representações reducionistas de grupos que não fazem parte do público considerado “ideal”.

Além disso, Freitas e Benetti (2017) argumentam que o jornalismo atua como uma ferramenta de representação e interpretação da realidade, na qual diferentes vozes e perspectivas se articulam na construção de sentidos sobre os acontecimentos. Nesse processo discursivo, o jornalismo se constitui a partir da intersubjetividade entre enunciador, leitor real e leitor virtual, estabelecendo um contrato de comunicação baseado em condições como finalidade, propósito, identidade, dispositivo e textualidade (Benetti, 2008). Portanto, refletir sobre a alteridade e a outridade no jornalismo torna-se fundamental para reconhecer a importância da diversidade e da pluralidade na representação da realidade e para compreender o jornalismo como um campo discursivo no qual diferentes vozes e perspectivas participam da construção de sentidos sobre os acontecimentos.

Como ferramenta teórico-metodológica, foi adotada a Análise de Discurso (AD) para entender os sentidos presentes no discurso do The Guardian sobre o garimpo em Terras Indígenas. O jornalismo participa da construção de sentidos sobre a realidade a partir da própria produção de conhecimentos e da reprodução de conhecimentos que foram gerados previamente por outros autores (Benetti, 2008). É nesse lugar em que se produz o discurso, o qual é definido por Orlandi (2007, p. 21) como o “efeito de sentidos entre locutores”. É fundamental que se entenda o discurso na sua relação com a exterioridade, porque ele é produzido por vários sujeitos além do autor da fala, adquirindo caráter intersubjetivo, além de subordinado a fatores sociais e culturais. O objetivo da AD é, portanto, compreender de que forma o sentido é constituído nos

objetos simbólicos (nesse caso, o texto jornalístico), de forma a explicitar esse processo de significação e permitir que outros sentidos sejam compreendidos a partir do texto. Esses sentidos, contudo, não estão somente no texto e não dependem somente das intenções dos sujeitos envolvidos no processo de significação – é preciso considerar, principalmente, a sua relação com as condições em que foram produzidos (Orlandi, 2007).

Como ponto de partida, para mapear os sentidos em um discurso é necessário identificar a presença de duas camadas no texto. A primeira é a camada discursiva, de mais fácil percepção; a segunda é a camada ideológica, que só é percebida a partir da aplicação da metodologia da AD. Dessa forma, a análise começa com a identificação das formações discursivas (FDs), consideradas por Benetti como “uma espécie de *região de sentidos*, circunscrita por um limite interpretativo que exclui o que invalidaria aquele sentido” (2008, p. 112, grifo da autora). As FDs são evidenciadas no processo metodológico através das sequências discursivas (SDs), trechos do texto jornalístico que são recortados e numerados para a análise e depois utilizados no relato de pesquisa. Dessa forma, é preciso identificar quais sequências contêm determinados sentidos relacionados às formações discursivas e agrupá-las. Com os principais sentidos identificados e agrupados em FDs, o pesquisador deve buscar entender como são constituídos os discursos que existem para além do texto jornalístico.

A escolha do The Guardian se deu por uma série de motivos. Fundado em 1921, o Guardian é um dos principais jornais britânicos e de repercussão internacional, com sua versão digital sendo a mais lida do Reino Unido em 2021 e 2022 segundo a Ofcom, agência reguladora de comunicação do país. Ao se apresentar no site, o veículo alega que “cria jornalismo honesto e destemido, livre de interferências comerciais ou políticas desde a sua fundação”, além de afirmar o compromisso com temas como emergência climática, justiça social, equidade e progresso. O Guardian também destaca que possui uma reputação global de responsabilizar o poder e defender as vozes daqueles que são menos ouvidos.

O *corpus* da pesquisa é composto de 12 textos publicados pelo The Guardian entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022, contemplando todo o período de vigência do governo Bolsonaro. A seleção dos textos foi feita de forma manual através do sistema

de indexação do próprio site do The Guardian, com atenção à data e temática, dentro da tag “Brazil + Indigenous peoples” (Brasil + povos indígenas), criada pelo próprio jornal e que disponibiliza todos os textos publicados no Guardian com a temática de povos indígenas no Brasil separados por mês e ano.

Após fazer a leitura das 113 matérias, chegamos ao *corpus* consolidado de 12 textos que dizem respeito especificamente ao recorte da pesquisa, ou seja, o garimpo em Terras Indígenas na Amazônia durante o governo Bolsonaro. Ainda, é importante destacar que cinco dos textos analisados são de Dom Phillips, repórter freelancer britânico que vivia no Brasil desde 2007 e trabalhava diretamente com o indigenista Bruno Pereira, servidor da Funai e especialista em povos isolados e de contato recente. Dom e Bruno foram assassinados em junho de 2022 no Vale do Javari, segunda maior TI do Brasil, em uma viagem destinada à pesquisa para o livro que Dom pretendia lançar sobre o desenvolvimento da região. Também compõem o *corpus* quatro textos de Tom Phillips, correspondente britânico de América Latina do The Guardian que atuou no Brasil de 2005 a 2011, retornando em 2019 para cobrir os impactos do governo Bolsonaro. A análise também conta com dois textos de Flávia Milhorange, jornalista carioca. Por fim, duas matérias são das agências de notícias Associated Press e Reuters.

4 RESULTADOS

Foram encontradas **113 Sequências Discursivas (SDs)** referentes ao garimpo em Terras Indígenas durante o governo Bolsonaro, que foram agrupadas em duas grandes Formações Discursivas (FDs): o garimpo como violência (97 SDs) e o garimpo como alternativa para pessoas em situação de vulnerabilidade (16 SDs) - Tabela 1. A FD1 é a predominante, representando 86% das sequências discursivas. Os sentidos identificados dentro das duas FDs apontam para o fato de que o Guardian entende o contexto sociopolítico do garimpo no Brasil e procura retratar a complexidade do problema. Todas as SDs foram traduzidas do inglês para constar no relato da pesquisa, e, na apresentação de cada SD, há a marca em negrito para destacar o sentido que filia aquele trecho discursivo ao sentido correspondente.



Quadro 1 - Análise dos sentidos. **Fonte:** Autoras

4.1 FD1: Garimpo como violência

O sentido predominante no discurso do The Guardian sobre o garimpo é o da violência, aparecendo em 97 sequências discursivas. A violência é mencionada em todos os 12 textos e em diferentes perspectivas, aparecendo sempre como uma das forças sob a qual o garimpo opera e como resultado da ocupação garimpeira na Amazônia historicamente. Para uma melhor compreensão dos sentidos que compõem essa formação discursiva, optamos por categorizar as sequências discursivas conforme as formas de violência que elas retratam: uma mais explícita, relacionada diretamente a invasões e ataques (37 SDs), outra mais simbólica, não necessariamente física (20 SDs), a violência contra o meio ambiente (26 SDs) e a violência do governo Bolsonaro (30 SDs). É importante notar que as SDs se repetem em alguns dos sentidos, de forma que a soma das SDs encontradas em cada uma das formações discursivas é maior que o número total de SDs.

O sentido da violência é observado de maneira mais clara nos textos que descrevem conflitos armados às comunidades dentro das TIs, principalmente por meio da repetição dos termos “invasão” e “ataque”. Esse recurso reforça a percepção dos garimpeiros como criminosos, ainda mais intensificada pela própria definição da

palavra garimpeiro – conforme a legislação brasileira, o garimpeiro é uma pessoa que pratica a extração mineral em pequeno volume; o Guardian, contudo, opta por definir os garimpeiros como *wildcat miners* (mineradores clandestinos), como exemplificam as sequências abaixo:

No Brasil, as **invasões de terras indígenas por garimpeiros** - como são chamados os mineradores **clandestinos** - aumentaram desde que Bolsonaro assumiu o cargo em janeiro de 2019. (T5, SD42)

O recente **surto de violência** ocorreu após os indígenas bloquearem os garimpeiros de usarem o rio Uraricoera para chegar a um dos seus acampamentos. Em retaliação, os **garimpeiros realizaram uma série de ataques em vilas isoladas**, onde trocaram tiros com os Yanomami. (T7, SD67)

Outros aspectos que destacam a violência do garimpo no discurso do Guardian são as menções aos armamentos e conflitos com a polícia. O veículo evidencia que os ataques aos territórios indígenas são realizados, majoritariamente, com armas de fogo, fato que denota um alto poder de destruição – há, inclusive, mais de uma menção a um grande arsenal de armas, incluindo metralhadoras e armamento militar. Já os confrontos com a polícia federal fortalecem o sentido da criminalidade.

Os povos indígenas foram evacuados de Mariry e fugiram para a maior vila de Aramirã - **onde tiros foram disparados no sábado**. Líderes indígenas e políticos locais pediram ajuda urgente da polícia, **temendo um banho de sangue**. (T2, SD16)

Em uma segunda visita à vila, Hekurari foi **acompanhado pela polícia federal, que também trocou tiros com homens fortemente armados vestidos de preto**. (T7, SD69)

"Esses garimpeiros não carregam apenas **pás e machados**... Eles têm **rifles e submetralhadoras**... Eles estão armados e todas as suas bases têm seguranças fortemente armados com o **mesmo tipo de armas que o exército, a polícia federal e a polícia militar usam**", disse ele. (T12, SD111)

O discurso do Guardian também reforça o sentido da violência ainda na sua primeira forma quando destaca a ligação do garimpo à violência sexual de mulheres indígenas e não indígenas. Nenhum dos 12 textos analisados adentra a temática de maneira mais aprofundada, mas é possível observar que esse tipo de agressão é mencionado sob duas perspectivas: em relação às violações cometidas pelos invasores com mulheres indígenas e referente à prostituição, que aparece sempre associada ao abuso de álcool e drogas, outras formas de violência simbólica.

Quando ele tornou-se cacique aos 19 anos, sua comunidade, localizada a poucos quilômetros da fronteira com a Guiana, estava **invadida por**

garimpeiros. Ele proibiu o consumo de álcool e **festas em que os filhos de fazendeiros brancos dançavam com as meninas indígenas**, mas suas filhas não tinham permissão para dançar com homens da tribo. (T1, SD7)
O **alcoolismo, a prostituição, as drogas, a violência** e a divisão dentro do povo Munduruku, assim como a contaminação dos leitos dos rios, tudo isso aumentou. (T5, SD46)

O discurso do Guardian também aponta para uma série de sentidos que categorizamos como violência simbólica. Segundo o veículo, além do abuso de álcool e drogas já citado, o garimpo é também responsável por propagar doenças como malária, Covid-19 e infecções sexualmente transmissíveis entre os povos indígenas.

Com a Covid-19 devastando a população Yanomami desde a primeira morte pela doença relatada em abril, **a presença dos "garimpeiros", ou mineradores de ouro, trouxe ameaças ainda maiores** à reserva. (T6, SD51)

Quando a mineração na área de Tatuzão estava operando em plena atividade, o rio onde as crianças se banham e as famílias coletam água ficou espesso de lama. **"A água estava muito suja"**, diz Nivaldo Edamya, de 34 anos, o cacique da aldeia. **"O que os garimpos fazem é terrível. Desmatamento, diversas doenças**, por isso sou contra eles." (T3, SD28)

Mas nos últimos anos, o território tem sofrido uma nova invasão de cerca de 20.000 garimpeiros clandestinos - conhecidos como garimpeiros. No ano passado, o influxo causou um aumento de 30% na mineração ilegal dentro do território, e **também trouxe doenças infecciosas.** (T7, SD60)

Garimpeiros, alguns com suspeitas de conexões com facções de drogas, trouxeram violência sexual, **surtos de malária e forçaram o fechamento de postos de saúde**, expondo as crianças a níveis **"escandalosos" de doenças** e desnutrição. (T12, SD108)

Ainda dentro da formação discursiva do garimpo como violência, optamos por diferenciar as sequências em mais uma categoria: a violência contra o meio ambiente, sentido que aparece em 26 SDs. Ao longo de toda a cobertura, o Guardian aborda o garimpo sob uma perspectiva socioambiental, demonstrando como a atividade ceifa as florestas e rios e as vidas que deles dependem.

Um dos principais recursos utilizados pelos repórteres nessas matérias para reforçar a brutalidade da exploração garimpeira é a descrição visual e sonora dos garimpos (a cor de lama dos rios, a fumaça escura, o som do motor das máquinas e das motosserras), aspecto potencializado pela cobertura especializada in loco feita pelos repórteres correspondentes do veículo. O contraste dessas imagens e dos ruídos que não pertencem àquele ambiente com as cores e os sons da floresta também enfatiza o discurso, de forma que o leitor consegue realmente visualizar a situação e entender a

gravidade do problema. Termos como “devastação” e “destruição” são utilizados frequentemente para esclarecer ainda mais o posicionamento contrário do Guardian em relação ao garimpo.

A **lama** desce por uma canaleta de madeira áspera, enquanto **fumaça negra** é expelida de um **barulhento motor a diesel: um inferno industrial** operado à mão em meio à bela selva tropical. (T3, SD26)

O rio Jamanxim, que serpenteia passando pela casa flutuante de Viana, tem uma **perturbadora cor marrom esbranquiçada**; resultado, segundo os moradores, da **poluição causada pela mineração**. Quando Viana chegou em 1981, as florestas tropicais da região eram em grande parte intocadas. Quarenta anos depois, como grande parte da Amazônia, elas foram substituídas por uma **extensa colcha de retalhos de estradas de terra e fazendas de gado** - e a **destruição** continua. (T10, SD92)

Sob esse mesmo ponto de vista, também é importante ressaltar as sequências discursivas que focam na contaminação dos rios e do solo pelo mercúrio. Além de uma agressão contra o meio ambiente, o discurso do Guardian não deixa de frisar que também se trata de uma forma de violência contra os povos indígenas. A associação do mercúrio aos termos “envenenam” e “envenenados” confere ainda mais força à ideia do garimpo como crime.

A mineração ilegal de ouro está em **proporções epidêmicas** na Amazônia, e as atividades **altamente poluentes** dos garimpeiros - como são chamados os mineradores - **devastam florestas e envenenam rios com mercúrio**. (T2, SD14)

Os rios estavam sendo **envenenados com mercúrio** por uma frota ilegal de cerca de 150 embarcações de mineração. (T12, SD108)

Esse sentido também é enfatizado pelos trechos em que o veículo menciona a relação simbiótica entre os povos indígenas e o meio ambiente, principalmente povos isolados ou de contato recente, inferindo que a devastação da mata e dos rios é equivalente à destruição do lar e dos meios de subsistência dessas pessoas, que sofrem de insegurança alimentar e desenvolvem uma série de problemas de saúde por conta da contaminação.

"A terra é nossa mãe. **Você planta, você tira dela, você a usa, mas você a respeita, cuida dela**", disse ela, acrescentando que os brancos "não respeitam nossa natureza". (T1, SD6)

Para os Yanomami, **a natureza e a espiritualidade estão intrinsecamente ligadas**: cada pedra, cada cachoeira, cada pássaro, cada macaco possui um espírito, afirma Maneose Yanomama, de 55 anos, xamã

da comunidade Sikamabi-U. E **os espíritos da natureza estão soando o alarme.** (T3, SD34)

Um aspecto fundamental no discurso do Guardian sobre os garimpos na Amazônia são as menções ao ex-presidente Jair Bolsonaro e pessoas aliadas ao governo, sentidos que compõem mais uma categoria dentro da formação discursiva do garimpo como violência, composta por 30 SDs.

O veículo faz questão de vincular Bolsonaro a termos como “invasão” e “destruição” em diversos trechos, sempre reforçando que a área de ocupação dos garimpos e, por consequência, a violência dentro das Terras Indígenas, aumentou significativamente com o início do mandato em 2019. Essas escolhas de discurso demonstram um claro posicionamento do Guardian contra as políticas de desmonte ambiental que foram implementadas durante todo o período de governo.

No Brasil, as **invasões de terras indígenas por garimpeiros** - como são chamados os mineradores clandestinos - **aumentaram desde que Bolsonaro assumiu o cargo** em janeiro de 2019. (T5, SD42)
Bolsonaro prometeu legalizar o trabalho de garimpeiros em reservas indígenas - algumas das áreas da Amazônia mais bem protegidas. Em fevereiro, seu governo enviou um projeto de lei ao congresso, e **líderes de garimpeiros se reuniram com autoridades do governo nas últimas semanas**, à medida que a pressão aumenta para aprovar o projeto de lei. (T6, SD54)

Outras sequências que reforçam a agenda de Bolsonaro relatam a forma como o ex-presidente não só tentava ativamente legalizar a exploração garimpeira em TIs como encorajava os garimpeiros a ocupar os territórios ilegalmente e, por consequência, todos os crimes decorrentes dessa ocupação. Não coincidentemente, o discurso desenvolvimentista reforçado pelo ex-presidente remonta ao discurso dos governos militares que tratavam a Amazônia como um espaço vazio que precisava ser ocupado pela indústria (Santana, 2009), desconsiderando a ocupação indígena do território por não ser “produtiva”.

Os povos indígenas estão enfrentando uma **crise humanitária**, enquanto **Bolsonaro encoraja os garimpeiros clandestinos** com planos para seus territórios na floresta tropical. (T7, SD56)
Bolsonaro apoiou a legislação para abrir áreas protegidas indígenas à mineração e transferir a propriedade de extensas áreas de terra para ocupantes ilegais. **Ele também encorajou garimpeiros**, madeireiros e grileiros ao enfraquecer a Funai, a agência federal responsável pela

proteção da população indígena do Brasil, e repetidamente afirmar que os territórios indígenas são "muito grandes". (T7, SD66)

4.2 FD2 – Garimpo como alternativa para pessoas em situação de vulnerabilidade

A segunda formação discursiva encontrada a partir da análise é referente ao garimpo como alternativa para pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, composta por 16 SDs, representando 16% do total. A atividade se mostra sempre associada à mão de obra pouco qualificada, sendo uma oportunidade para trabalhadores vindos de regiões mais pobres e buscando ascensão nos garimpos, influenciados pelas promessas desenvolvimentistas dos governos de cada época (Póvoa-Neto, 1997).

Apesar de essa FD se apresentar em uma associação de dicotomia em relação à FD do garimpo como violência, fica claro no discurso do Guardian que não se trata de argumentar a favor do garimpo como uma alternativa econômica viável no Brasil, mas sim expor a complexidade da questão que envolve uma série de fatores sociais e políticos. Ainda assim, entendemos que ela pode trazer um fundo ideológico diferente da FD1 ao agregar sentidos que reforçam a existência de um discurso de desenvolvimento atrelado ao garimpo, por isso está marcada como uma nova FD.

O veículo aborda esse sentido de maneira mais extensa em três textos, nos quais traz o ponto de vista dos garimpeiros – alguns, inclusive, indígenas – e busca contextualizar os motivos pelos quais eles optaram por exercer a atividade.

Esses homens são de pequenas cidades no empobrecido norte e nordeste do Brasil, onde eles afirmam que o salário mínimo de cerca de US\$ 250 por mês (aproximadamente £194) mal é suficiente para viver. **"Você faz isso para sustentar sua família"**, diz Denilson Nascimento, 33 anos. (T3, SD27)

O retorno aos negócios como de costume é exatamente o que muitos no Jardim do Ouro desejam. Claudionor Silva, **um amável nordestino que parecia ter uma década a mais do que seus 56 anos**, disse que arrumou um emprego em uma das minas ilegais da região em abril, **depois que a Covid destruiu seu trabalho como ambulante**. Cinco meses depois, ele foi demitido novamente. (T10, SD94)

Ainda retratando o ponto de vista dos garimpeiros, o Guardian enfatiza a consciência dos trabalhadores em relação aos crimes que estão cometendo.

"Eu sei que é ilegal", diz Bernardo Gomes, 59 anos, sentado próximo a uma estrutura de um bar. Anteriormente, ele trabalhava para a gigante mineradora Vale, e diz que seu tempo na empresa o ensinou a proteger o meio ambiente. **"Hoje, infelizmente, estou ajudando a destruí-lo"**, diz ele, explicando que um trecho próximo de árvores mortas foi sufocado pela lama retirada da mina próxima. (T3, SD23)

"Deus não criou o universo para ser destruído assim", disse Leitão, de 63 anos, ex-garimpeiro que trocou o ouro por Deus após uma briga em um bar regada a álcool, em que levou um tiro no quadril e quase morreu. (T10, SD97)

A mesma questão de vulnerabilidade social e econômica se aplica aos indígenas que são aliciados e optam por trabalhar nos garimpos. Além de atuarem na própria mão de obra de extração, é comum encontrar casos de indígenas que recebem para ajudar os garimpeiros a entrarem nas TIs, que são áreas protegidas e de difícil acesso. A SD33 mostra o ponto de vista de Oziel Yanomama, jovem de 15 anos que passou três semanas trabalhando no garimpo mais próximo a sua comunidade com um amigo também indígena. O pai do jovem argumenta contra o garimpo, afirmando que se trata de uma doença.

Algumas lideranças indígenas concordam. **"Eu sou a favor da mineração, desde que seja bem controlada"**, disse Altevir de Souza, um Macuxi e presidente de um grupo chamado Sodiur, que **representa uma minoria** das comunidades em Raposa Serra do Sol. (T1, SD10)

"Eu queria sapatos, um facão, uma lima de afiar", diz Marcos. **"Eu queria uma rede. Eu queria trabalhar."** Ele foi pago com cinco gramas de ouro (no valor de cerca de US\$ 180). (T3, SD33)

O T5, que destaca uma série de aspectos legais e econômicos do garimpo, apresenta um exemplo de mineração legal na Guiana, exercida pelos próprios povos indígenas em seus territórios. Contudo, o discurso do veículo não deixa brecha para que o caso da Guiana seja tirado de contexto e utilizado a favor da legalização do garimpo no Brasil, enfatizando que se trata de uma prática tradicional dos povos guianenses, diferente do Brasil, e que não é possível tratar do tema sob essa mesma perspectiva. O Guardian reforça, ainda, que a própria mineração legal também é problemática porque não depende somente da regulação estatal, mas também da aderência do setor privado, que só visa o lucro.

Na Guiana, os povos indígenas Patamona de Campbeltown envolvidos em mineração artesanal têm "mostrado certa disposição" para **trabalhar de forma mais sustentável, banindo o uso de mercúrio** e reabilitando áreas de mineração, diz o relatório. (T5, SD49)

A mineração legal também pode ter um alto custo, segundo Veit. "**Muitas empresas não aderem à lei**, ao texto da lei, muitas parecem não cumprir seus acordos com o governo", disse ele. Estudos de caso no Peru e no Equador documentam disputas legais entre grupos indígenas, governos e empresas de mineração. (T5, SD48)

5 CONSIDERAÇÕES

O sentido predominante no The Guardian do garimpo como violência permite afirmar que o veículo cumpre com os princípios editoriais de justiça social e defesa de grupos minorizados que promete em suas premissas editoriais. Além disso, fica claro que o veículo busca ativamente atender à finalidade do jornalismo de defender o cidadão (Reginato, 2019), denunciando as violações dos direitos dos povos indígenas. É notável ainda, através dessa formação discursiva, que o Guardian não defende um posicionamento imparcial em relação ao garimpo em Terras Indígenas, evidenciando que a prática traz consigo diferentes formas de violência e responsabilizando os atores sociais envolvidos.

O sentido de garimpo como alternativa para pessoas em situação de vulnerabilidade, observamos evidencia o compromisso do Guardian com a finalidade jornalística de interpretar e analisar a realidade, uma vez que o veículo busca retratar o garimpo e a figura do garimpeiro num contexto histórico e social, levando em consideração todas as particularidades do problema e evitando delegar a culpa pela violência somente aos garimpeiros como indivíduos.

O sentido do garimpo como alternativa também enfatiza o compromisso do veículo com uma diversidade de vozes sociais, aspecto fundamental da prática jornalística conforme Benetti (2006). Referente a isso, a contextualização e a qualificação da informação transmitida também são essenciais para garantir que o discurso do Guardian não justifique ou inocente os garimpeiros responsáveis pelos crimes dentro das TIs, mas sim esclareça a complexidade do problema e dos atores sociais envolvidos na questão.

Ainda que esse sentido não configure um desvio de posicionamento editorial – o veículo não apresenta o garimpo como uma prática que pode ser benéfica de alguma forma, em contraponto à violência –, é possível afirmar que se trata de uma nova

formação discursiva porque apresenta uma perspectiva diferente sobre o tema. Isso se deve, justamente, à preocupação do Guardian em exercitar o princípio da pluralidade e trazer todos os pontos de vista relevantes para a discussão.

A história dos povos indígenas no Brasil é marcada por uma série de conflitos: desde epidemias de doenças trazidas pelos colonizadores a conflitos pela ocupação dos territórios até a perda de autonomia cultural e religiosa que levaram à extinção de muitos povos. É fundamental reconhecer que esses eventos não aconteceram de forma isolada, mas ainda são parte de uma dura realidade que precisa ser combatida. A luta pela proteção dos direitos indígenas, pela demarcação de terras e pela preservação da sua cultura é uma questão crucial para a justiça social e os direitos humanos no país. Pensando nisso, é essencial que o jornalismo se dedique a compreender e retratar essa realidade de maneira aprofundada, sensível e responsável, de forma a conscientizar politicamente o leitor e engajar a sociedade civil em um movimento pelos direitos dos povos tradicionais.

Para cumprir com a obrigação de informar de modo qualificado e com as outras finalidades do jornalismo, a cobertura de questões socioambientais exige o entendimento sobre a complexidade dessas questões, que não se resumem a eventos isolados, mas são resultado de processos históricos complexos e que envolvem um conjunto de sujeitos e relações. Retratar esse tipo de conflito exige do jornalista muita sensibilidade e um olhar atento para a contextualização dos fatos, evitando a perpetuação de estereótipos. Para isso, é essencial priorizar o equilíbrio entre a verdade jornalística e a luta pela proteção dos direitos e culturas das minorias sociais, sem deixar de responsabilizar os atores envolvidos em práticas ilegais e violentas.

REFERÊNCIAS

ALBERT, Bruce. **Ouro Canibal e a Queda do Céu**: uma crítica xamânica da Economia política da Natureza. Brasília, 1995.

BARBOSA, Livia. Garimpo e Meio Ambiente: Águas Sagradas, Águas Profanas. In: BARBOSA, Livia; LOBATO, Ana Lucia; DRUMMOND, José Augusto. **Garimpo, Meio Ambiente e Sociedades Indígenas**. Rio de Janeiro: CETEM; Niterói: EdUFF, 1992.

BECKER, Bertha. Amazônia: mudanças estruturais e tendências na passagem do milênio. In: MENDES, Armando Dias (org.). **Amazônia, terra e civilização**: uma trajetória de 60 anos. Belém: Banco da Amazônia, 2004.

BENETTI, Marcia. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. **Intexto**, v. 1, n. 14, p. 1-11, 2006.

ESTADÃO. Com desmatamento em alta, gestão Bolsonaro tem menor nº de multas ambientais em 20 anos. 2021. Disponível em: [Com desmatamento em alta, gestão Bolsonaro tem menor nº de multas ambientais em 20 anos - Estadão](#). Acesso em: 7 abr. 2023.

FÁBIO, André Cabette. **Reinvenção do garimpo no Brasil**. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

FEIJÃO, Antônio; PINTO, José. Amazônia e a saga do Ouro do Século 20. In: BARBOSA, Livia; LOBATO, Ana Lucia; DRUMMOND, José Augusto. **Garimpo, Meio Ambiente e Sociedades Indígenas**. Rio de Janeiro: CETEM; Niterói: EdUFF, 1992.

FERREIRA, Sylvio; BASTOS, Pedro. As origens da política brasileira de desenvolvimento regional: o caso da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). IE/Unicamp, Campinas, n. 266, 2016.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**. Aracaju: UFS, 2005.

FREITAS, Camila; BENETTI, Marcia. Alteridade, outridade e jornalismo: do fenômeno à narração do modo de existência. **Brazilian Journalism Research**, v. 13, n. 2, 2017.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir. Porto: Porto Editora, 2004.

MACHADO, Iran. FIGUEIRÔA, Silvia. 500 years of mining in Brazil: a brief review. **Resources Policy**, v. 27, n. 1, p. 9-24, 2001. Doi: [https://doi.org/10.1016/S0301-4207\(01\)00004-6](https://doi.org/10.1016/S0301-4207(01)00004-6).

MAPBIOMAS. Mapeamento da superfície de mineração industrial e garimpo no Brasil - Coleção 8, 2023. Disponível em: [MapBiomass-FACT_Mineracao_21.09.pdf](#). Acesso em 10 mar. 2023.

MIGUEL, Luís Felipe. O jornalismo como sistema perito. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v. 11, n. 1, p. 197-208, 1999.

MOLINA, Luísa Pontes (org.). **Terra rasgada**: como avança o garimpo na Amazônia brasileira. Brasília, DF: Aliança em Defesa dos Territórios, 2023.

MONTEIRO, Maurilio *et al.* Ouro, empresas e garimpeiros na Amazônia: o caso emblemático de Serra Pelada. **Pós - Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, v.7, n.13, 2010. PARK, Robert. Notícia e poder da imprensa. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (org.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PÓVOA-NETO, Helion. Migrantes, Garimpeiros e seu “Lugar” no Território Nacional: Itinerância e Mobilidade Espacial do Trabalho. **Geo UERJ**, n. 2, 1997.

REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2019.

SANTANA, Arthur. A BR-163: "ocupar para não entregar", a política da ditadura militar para a ocupação do "vazio" Amazônico. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2009, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: ANPUH, 2009.

SUMAÚMA. 2023. 'We are not even able to count the bodies'. Disponível em: ['We are not even able to count the bodies' - SUMAÚMA](#). Acesso em 15 ago. 2023.

UOL. Governo Bolsonaro sabia de avanço do garimpo na Terra Yanomami, mas não agiu. 2023. Disponível em: [Governo Bolsonaro sabia de garimpos na Terra Yanomami, mas não agiu](#). Acesso em: 15 ago. 2023.

VEIGA, Marcelo; SILVA, Alberto; HINTON, Jennifer. O garimpo de ouro na Amazônia: aspectos tecnológicos, ambientais e sociais. In: TRINDADE, Roberto; BARBOSA, Olavo. **Extração de ouro: princípios, tecnologia e meio ambiente**. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2002.

WAISBICH, Laura *et al.* O ecossistema do crime ambiental na Amazônia: uma análise das economias ilícitas da floresta. Instituto Igarapé, 2022. Disponível em: [AE-55 O-ecossistema-do-crime-ambiental-na-Amazônia.pdf](#). Acesso em: 15 ago. 2023.

Original recebido em: 07 de março de 2025

Aceito para publicação em: 20 de novembro de 2025

Gisele Dotto Reginato

Professora adjunta do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em Comunicação e Informação pela UFRGS. Mestre em Comunicação e graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Integrante do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo (UFRGS/CNPq)

Mariana Baptista Alves

Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestranda em Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Territorial Sustentável pela Universidade de Pádua (Itália) e Universidade da Madeira (Portugal)



Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional